

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Quinta Câmara Cível

Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 8129270-25.2020.8.05.0001

Órgão Julgador: Quinta Câmara Cível

APELANTE: JURANDIR MENDES FARIAS e outros

Advogado (s): WAGNER VELOSO MARTINS

APELADO: ESTADO DA BAHIA e outros

Advogado (s): WAGNER VELOSO MARTINS

ACORDÃO

EMENTA. APELAÇÕES CÍVEIS SIMULTÂNEAS. DIREITO ADMINISTRATIVO. PUNIÇÃO. POLICIAL MILITAR. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. DECRETO 20.910/32. PRETENSÃO AUTORAL. PEDIDOS DE ANULAÇÃO DO PAD, DA PUNIÇÃO E DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO CONFIGURADA. PRETENSÃO DA FAZENDA PÚBLICA. PEDIDO DE CANCELAMENTO E BAIXA DO REGISTRO, DECORRIDO O PRAZO LEGAL DO ART. 56 EPM. PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS.

1. Os recursos interpostos têm como questão nuclear a verificação da ocorrência da prescrição da pretensão autoral. A sentença entendeu prescritas as pretensões de anulação do PAD, da punição e de danos morais, ao tempo que julgou procedente o pedido de cancelamento e baixa do registro da punição na ficha funcional do militar.

2. Defende o autor que toda a pretensão se encontra salvaguardada da prescrição, uma vez que ele não foi notificado pessoalmente da punição.

3. O Estado da Bahia sustenta que toda a pretensão da parte autora foi tragada pela prescrição quinquenal, considerando ter transcorrido o lapso temporal de, aproximadamente, 16 (dezesseis) anos e 10 (dez) meses desde a publicação da decisão administrativa até o ajuizamento da ação.

4. Na hipótese em comento, o prazo prescricional deve ser contado a partir da publicação da decisão administrativa nos órgãos oficiais, fato que ocorreu em 03 de janeiro de 2004, consoante restou incontroverso nestes autos, tendo a ação sido ajuizada em 12 de novembro de 2020.

5. Saliente-se, ademais, que foi colacionado aos autos o pedido administrativo de anulação da punição disciplinar, datado de 07/11/2013, com decisão publicada no BGO de 27/03/2015, que demonstra o conhecimento inequívoco da parte autora sobre a decisão administrativa que lhe imputou a punição. Ainda que se considere esses marcos, também encontra ultrapassado o prazo prescricional quinquenal.

6. Diversamente, não se encontra tragado pela prescrição o pedido de cancelamento do registro da punição na ficha funcional do servidor, uma vez que a violação ao direito de expurgar os registros das punições da ficha funcional do servidor protrai-se no tempo enquanto persistirem os referidos registros.

7. RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recursos de Apelação Cível nº 8129270-25.2020.8.05.0001, simultâneas, da comarca de Salvador, em que são apelantes, JURANDIR MENDES FARIAS e o ESTADO DA BAHIA, e apelados JURANDIR MENDES FARIAS e o ESTADO DA BAHIA.

ACORDAM os Desembargadores integrantes da Turma Julgadora da Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, EM CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS DE APELAÇÃO.

Sala das Sessões, em de de 2022.

PRESIDENTE

DES. GEDER LUIZ ROCHA GOMES
RELATOR

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
QUINTA CÂMARA CÍVEL

DECISÃO PROCLAMADA

Recursos simultâneos Por Unanimidade
Salvador, 17 de Outubro de 2022.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Quinta Câmara Cível

Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 8129270-25.2020.8.05.0001

Órgão Julgador: Quinta Câmara Cível

APELANTE: JURANDIR MENDES FARIAS e outros

Advogado (s): WAGNER VELOSO MARTINS

APELADO: ESTADO DA BAHIA e outros

Advogado (s): WAGNER VELOSO MARTINS

RELATÓRIO

Versam os autos sobre recursos de Apelação, interpostos simultaneamente por JURANDIR MENDES FARIAS e pelo ESTADO DA BAHIA, em face da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Auditoria Militar, da comarca de Salvador, que nos autos da Ação Ordinária ajuizada pelo primeiro apelante em face do ESTADO DA BAHIA, julgou procedente em parte os pleitos formulados na exordial, sob os seguintes fundamentos: JURANDIR MENDES FARIAS, 1ª SGT PM, Mat. 30.345.114-8, nestes autos qualificado, por intermédio de seu advogado legalmente constituído ofertou Ação Ordinária C/C Danos Morais em face do ESTADO DA BAHIA, visando tornar nula a punição aplicada e outros consectários. Pugnou, também, pela

concessão da assistência judiciária gratuita.

Sustentou, em síntese, foi instaurado pela POLÍCIA MILITAR DA BAHIA, Processo Disciplinar Sumário – PDS CORSET/082/PDS/SET/03, por portaria publicada em BIO Nº 175 de 23/09/2003, em seu desfavor. O julgamento do PDS em questão, culminou na aplicação de pena de detenção por 01 (hum) dia (24 horas), com publicação da decisão proferida em 13/01/2004 por BIO 19º BPM.(...)

Por fim, pugnou: 1) a concessão da assistência judiciária gratuita; 2) a citação do ESTADO DA BAHIA; 3) Seja declarado ilegal o procedimento realizado – PDS CORSET/082/PDS/SET/03, por questões de direito processual e/ou material ora denunciadas, sendo anulada de pleno direito a punição aplicada, para que o ESTADO DA BAHIA seja compelido em excluir o registro “Tela 40007 – detenção de 1 dia (24 horas), conclusão PDS CORSET/082/PDS/SET/03, além de qualquer outra restrição no sistema de registro de ocorrência funcional da PMBA/SAEB, oriundo do fato detenção objeto desta lide, para que não manche a carreira do autor, construída até então por 20 anos de polícia militar – data de admissão 13/03/2000; 4) Que a declaração de nulidade acima requerida, seja com efeito retroativo (ex tunc), em vista do reconhecimento da nulidade da punição oriunda do PDS em comento, ou seja, desvinculação do efeito negativo, para questões de inserção em lista de antiguidade, perda de licenças, preferência em cursos e demais reflexos; 5) Que no mínimo, o ESTADO DA BAHIA seja compelido em CANCELAR a punição registrada na ficha de assentamento do autor, conforme documento em anexo – “Tela 40007 – detenção de 1 dia (24 horas), solução PDS CORSET/082/PDS/SET/03”, visto que o prazo de 4 (quatro anos) já expirou, desde sua inclusão em 26/01/2004, com respaldo no art. 56 da Lei 7.990/01 – Estatuto da PMBA; 6) Que seja o ESTADO DA BAHIA condenado ao pagamento de indenização a título de danos morais, no importe de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), haja vista o abalo sofrido pelo policial militar injustamente detido; 7) a condenação do réu ao pagamento de honorários advocatícios no patamar de 20% (vinte por cento). (...)

Foi concedida a assistência judiciária gratuita (id.81346761).

O ESTADO DA BAHIA contestou (id. 94857912), argumentando: 1) a preliminar de prescrição; 2) a necessidade de manutenção dos registros dos assentamentos funcionais para fins de correta definição de direitos e vantagens na ativa e para fins de inatividade; 3) a inexistência de responsabilidade civil e a inoccorrência do dano moral; 4) que seja julgado inteiramente improcedente a presente ação, indeferindo-se o pedido de cancelamento de registro de punição.

DA PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO

Verifico que, a alegação de prescrição suscitada pelo réu deve ser afastada, pois somente vigora quanto à anulação ou invalidação das punições, não atingindo o cancelamento dos registros (art. 56 da Lei Estadual nº 7.990/01), nesse sentido: [...]

MÉRITO

No tocante ao pedido de cancelamento dos registros punitivos constante no assentamento funcional do autor, à luz do art. 56 do EPM– LEI ESTADUAL Nº 7.990/01, sobra, de forma clara, a ocorrência de omissão por parte da Administração, quando deixou de observar e proceder ao cancelamento dos registros impugnados, uma vez ultrapassada o lapso temporal de quatro

anos, previsto no estatuto.

O art. 56 da Lei estadual nº 7.990/01 estabelece que o cancelamento somente será processado se não ocorrer o cometimento de outra transgressão disciplinar no período de quatro anos, situação alcançada pelo Postulante uma vez que a medida disciplinar que lhe fora imposta respeitou o interstício de quatro anos, veja-se a norma legal: "

Art. 56. A penalidade de advertência e a de detenção terão seus registros cancelados, após o decurso de dois anos, quanto à primeira, e quatro anos, quanto a segunda, de efetivo exercício, se o policial militar não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar".

Diz o Estatuto da PMBA que ocorrerá o cancelamento do registro das penalidades de detenção após o decurso de 04 (quatro) anos de efetivo exercício do policial militar que não houver praticado nova infração disciplinar (art. 56). Destarte, a norma leva em consideração, em última análise, a vedação imposta pelo ordenamento jurídico atual que proíbe a aplicação de penas de caráter perpétuo, consoante positivado no art. 5º, XLVII, b, da Constituição Federal de 1988. Destaca-se, portanto, como único requisito fundamental ao atendimento do pleito "o lapso temporal" a autorizar o cancelamento da penalidade contida na ficha funcional do Demandante.

Não pode agora a Administração tentar se eximir do cumprimento de obrigação legal que possuía, isto em face do caráter continuado do ato ilícito que implica em punição de natureza perpétua.

Em relação aos demais pedidos do autor, verifico que estes foram alcançados pelo instituto da prescrição suscitada pelo ESTADO DA BAHIA, em sede de contestação.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente os pedidos para determinar a retirada definitiva do registro de detenção datado de 13/01/2004 (id 81212032, pág.06), nos termos do art. 56 da Lei Estadual nº 7.990/01. (...)" (id27443826)

Irresignados com a sentença, autor e réu interuseram recursos de apelação.

O autor, em seu arrazoado, sustentou a não incidência da prescrição quanto aos pedidos relacionados à anulação da punição e danos morais decorrente da imposição desta, uma vez que desconhecia a ilegalidade do ato praticado pela Administração, por não haver sido notificado pessoalmente da inclusão da ocorrência em sua ficha funcional, nem da decisão administrativa publicada em BIO em 13/01/2004, razão pela qual entende que não chegou a iniciar a contagem do prazo prescricional.

Na sequência, defendeu a possibilidade de controle do ato administrativo pelo Poder Judiciário, bem como a existência de diversas irregularidades que ensejariam a nulidade do processo administrativo e da própria punição, dentre as quais a inépcia da portaria de acusação, por ausência de motivação, excesso de prazo de conclusão do processo administrativo, irrazoabilidade e desproporcionalidade da punição aplicada, excelente conduta da parte autora.

Ao final, requereu o provimento do recurso para que a ação fosse julgada

totalmente procedente.

O Estado da Bahia, em seu arrazoadado, suscitou que a prescrição do direito de ação também atinge o pedido de cancelamento da punição. Destaca que “a penalidade mencionada na exordial foi aplicada em 2004, e a ação somente foi proposta no ano de 2020”.

Argumentou a necessidade de manutenção dos registros nos assentamentos funcionais do servidor para correta definição dos direitos e vantagens deste enquanto se encontrar na ativa. Aduz que “há direitos cuja apreciação requer o exame de todo o histórico funcional, notadamente em se tratando de policial militar, cujo conjunto de direitos e vantagens são notoriamente dependentes da conduta funcional do miliciano, submetido que está a princípios mais rigorosos de hierarquia e disciplina.”

Realça a impossibilidade de conceder efeitos retroativos ao cancelamento, em razão do que dispõe o art. 56 do Estatuto do Policial Militar – Lei n. 7990/2001.

Finalmente, requer o conhecimento do recurso para julgar improcedente a ação.

Foram apresentadas contrarrazões aos ids. 27504522 e 27944264, pelo autor e pelo réu, respectivamente, cada um pugnando pela manutenção da sentença na parte que lhe beneficia.

Distribuídos os autos à Quinta Câmara Cível, coube-se sua relatoria.

Eis o que pode ser traçado à conta do relatório dos autos, em obediência ao regramento do art. 489, inc. I 1 c/c 931 2, ambos do Código de Processo Civil, encaminhem-se os autos à Secretaria da Quinta Câmara Cível, salientando, por oportuno, que o presente recurso é passível de sustentação oral, nos termos do art. 937, inc. I 3, do Código de Ritos e art. 187, inc. I 4, do Regimento Interno deste Tribunal.

Inclua-se em pauta.

Salvador, de de 2022.

Des. Geder Luiz Rocha Gomes

Relator

1Art. 489. São elementos essenciais da sentença:

I – o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;.

2Art. 931. Distribuídos, os autos serão imediatamente conclusos ao relator, que, em 30 (trinta) dias, depois de elaborar o voto, restituí-los-á, com relatório, à secretaria.

3Art. 937. Na sessão de julgamento, depois da exposição da causa pelo relator, o presidente dará a palavra, sucessivamente, ao recorrente, ao recorrido e, nos casos de sua intervenção, ao membro do Ministério Público, pelo prazo improrrogável de 15 (quinze) minutos para cada um, a fim de sustentarem suas razões, nas seguintes hipóteses, nos termos da parte final do caput do art. 1.021:

I – no recurso de apelação;.

4Art. 187 – A parte, por seu Advogado, poderá sustentar suas razões oralmente pelo prazo:

I – de 15 (quinze) minutos nos julgamentos de apelação cível, ação rescisória, mandado de segurança, reclamação, agravo de instrumento interposto contra decisão interlocutória que resolva parcialmente o mérito ou verse sobre tutela provisória e agravo interno interposto contra decisão do Relator que extinguiu ação de competência originária do Tribunal de Justiça;

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Quinta Câmara Cível

Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 8129270-25.2020.8.05.0001

Órgão Julgador: Quinta Câmara Cível

APELANTE: JURANDIR MENDES FARIAS e outros

Advogado (s): WAGNER VELOSO MARTINS

APELADO: ESTADO DA BAHIA e outros

Advogado (s): WAGNER VELOSO MARTINS

VOTO

Versam os autos sobre recursos de Apelação, interpostos simultaneamente por JURANDIR MENDES FARIAS e pelo ESTADO DA BAHIA, em face da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Auditoria Militar, da comarca de Salvador, que nos autos da Ação Ordinária ajuizada pelo primeiro apelante em face do ESTADO DA BAHIA, julgou procedente em parte os pleitos formulados na exordial, determinando o ente público o cancelamento do registro da punição na ficha funcional da parte autora.

Da admissibilidade recursal

Compete ao relator, antes de adentrar ao mérito recursal, verificar a presença dos pressupostos de sua admissibilidade, haja vista serem matérias de ordem pública, quais sejam, cabimento, legitimidade e interesse recursais, tempestividade, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer, sendo forçosa a análise de ofício, conforme previsão expressa do art. 932, III, do Código de Processo Civil 1.

Voltando olhares ao caso dos autos, constata-se os requisitos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade, sendo imperioso o conhecimento dos Apelos manejados.

Da análise detida tem-se que: a) os recursos são próprios, porquanto interpostos contra sentença, nos termos do art. 10092, do CPC; b) tempestivo, pois protocolado dentro do prazo legal; c) com o preparo dispensado, por se tratar de ente público, cuja isenção encontra-se prevista no art. 10, inciso IV da Lei 12.373/2011 3, e por se tratar de beneficiário da justiça gratuita; d) interpostos por partes legítimas e com interesse recursal, uma vez que sucumbentes nas matérias apeladas; apresentando, também, os demais requisitos formais. Inexistindo nulidades a serem declaradas, passa-se à análise do mérito recursal.

Do mérito recursal

De pronto, calha destacar que os recursos interpostos têm como questão nuclear a verificação da ocorrência da prescrição da pretensão autoral.

Encontrando-se as matérias abordadas nos recursos intimamente relacionadas, podem ser analisadas conjuntamente.

Defende o autor que toda a pretensão se encontra salvaguardada da prescrição, uma vez que ele não foi notificado pessoalmente da punição. Por sua vez, o Estado da Bahia sustenta que toda a pretensão da parte autora foi tragada pela prescrição quinquenal, considerando ter transcorrido lapso temporal de aproximadamente 16 (dezesesseis) anos e 10 (dez) meses entre a punição do ato administrativo de punição e o ajuizamento da ação.

A sentença recorrida entendeu que:

DA PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO

Verifico que, a alegação de prescrição suscitada pelo réu deve ser

afastada, pois somente vigora quanto à anulação ou invalidação das punições, não atingindo o cancelamento dos registros (art. 56 da Lei Estadual nº 7.990/01), nesse sentido: [...]

MÉRITO

No tocante ao pedido de cancelamento dos registros punitivos constante no assentamento funcional do autor, à luz do art. 56 do EPM- LEI ESTADUAL Nº 7.990/01, sobra, de forma clara, a ocorrência de omissão por parte da Administração, quando deixou de observar e proceder ao cancelamento dos registros impugnados, uma vez ultrapassada o lapso temporal de quatro anos, previsto no estatuto.

O art. 56 da Lei estadual nº 7.990/01 estabelece que o cancelamento somente será processado se não ocorrer o cometimento de outra transgressão disciplinar no período de quatro anos, situação alcançada pelo Postulante uma vez que a medida disciplinar que lhe fora imposta respeitou o interstício de quatro anos, veja-se a norma legal: "

Art. 56. A penalidade de advertência e a de detenção terão seus registros cancelados, após o decurso de dois anos, quanto à primeira, e quatro anos, quanto a segunda, de efetivo exercício, se o policial militar não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar".

Diz o Estatuto da PMBA que ocorrerá o cancelamento do registro das penalidades de detenção após o decurso de 04 (quatro) anos de efetivo exercício do policial militar que não houver praticado nova infração disciplinar (art. 56). Destarte, a norma leva em consideração, em última análise, a vedação imposta pelo ordenamento jurídico atual que proíbe a aplicação de penas de caráter perpétuo, consoante positivado no art. 5º, XLVII, b, da Constituição Federal de 1988. Destaca-se, portanto, como único requisito fundamental ao atendimento do pleito "o lapso temporal" a autorizar o cancelamento da penalidade contida na ficha funcional do Demandante.

Não pode agora a Administração tentar se eximir do cumprimento de obrigação legal que possuía, isto em face do caráter continuado do ato ilícito que implica em punição de natureza perpétua.

Em relação aos demais pedidos do autor, verifico que estes foram alcançados pelo instituto da prescrição suscitada pelo ESTADO DA BAHIA, em sede de contestação.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente os pedidos para determinar a retirada definitiva do registro de detenção datado de 13/01/2004 (id 81212032, pág.06), nos termos do art. 56 da Lei Estadual nº 7.990/01. (...)" (id27443826)

Volvendo olhares para os autos, observa-se a correção da sentença que declarou a prescrição de fundo de direito dos pedidos de anulação do procedimento administrativo, da punição e danos morais, afastando-a quanto ao pedido de cancelamento do registro de punição na ficha funcional do servidor, a qual merece procedência.

Inicialmente, é impositivo ressaltar que a prescrição é a limitação, em razão de certo lapso temporal, para o amplo exercício do titular de direito subjetivo que tenha sido violado. Assim, a pretensão para

exigência de prestação positiva ou negativa do outro não se protraí indefinitivamente no tempo. O Judiciário só pode intervir nos conflitos interindividuais quando contestado tempestivamente.

Na melhor dicção do Professor Paulo Nader 4: “A lei estabelece limite temporal para o exercício do direito de ação. O titular de um direito violado não pode deixar o tempo escoar indefinidamente sem tomar a iniciativa de buscar a tutela judicial. A pendência de um conflito é fator de inquietação social e reclama solução. Em relação àquele contra o qual a pretensão se dirige, a pendência atua como uma espada de Dâmocles, provocando a incômoda incerteza que envolve as ações judiciais. Não seria justo se o titular de um direito pudesse protelar indefinidamente a oportunidade de o Judiciário convocar a outra parte para responder, dizendo os seus motivos”.

Para Sílvio de Salvo Venosa 5: “O exercício de um direito não pode ficar pendente indefinidamente. Deve ser exercido pelo titular dentro de determinado prazo. Isso não ocorrendo, perderá o titular a prerrogativa de fazer valer seu direito”.

Prossegue Venosa 6, sobrelevando a importância de o exercício do direito ser feito em tempo adequado, sob pena de vergastar a segurança jurídica nas relações sociais, senão vejamos: “O decurso de tempo, em lapso maior ou menor, deve colocar uma pedra sobre a relação jurídica cujo direito não foi exercido. É com fundamento na paz social, na tranquilidade da ordem jurídica que devemos buscar o fundamento do fenômeno da prescrição e da decadência”.

Os professores Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald⁷ compartilham do mesmo entendimento de Paulo Nader e Sílvio de Salvo Venosa, acerca do decurso do tempo nas relações jurídicas, acrescentando que: “A manutenção indefinida de situações jurídicas pendentes, por lapsos temporais prolongados, importaria, sem dúvida, em total insegurança e constituiria uma fonte inesgotável de conflitos e de prejuízos diversos. Consequentemente, surge a necessidade de controlar, temporalmente, o exercício de direitos, propiciando segurança jurídica e social”.

Em relação à prescrição e as pretensões em face da Fazenda Pública a doutrina de Leonardo Carneiro da Cunha⁸ destaca: “qualquer pretensão que seja formulada em face da Fazenda Pública está sujeita a um prazo prescricional de 5 (cinco) anos. E já se viu que, no conceito de Fazenda Pública, insere-se não somente a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mas também suas autarquias e fundações públicas. Logo, a prescrição quinquenal beneficia, de igual modo, as autarquias e fundações públicas”.

Continua o referido autor: “a prescrição quinquenal, não custa acentuar, incide sobre qualquer tipo de pretensão formulada em face da Fazenda Pública”.

No mesmo sentido, vaticina o administrativista Hely Lopes Meirelles 9: “A prescrição das ações pessoais contra a Fazenda Pública e suas autarquias é de cinco anos, conforme estabelece o Dec. ditatorial (com força de lei) 20.910, de 6.1.32, complementado pelo Dec.-lei 4.597, de 19.8.42. Essa prescrição quinquenal constitui a regra em favor de todas as Fazendas, autarquias, fundações públicas e empresas estatais”.

Com efeito, insta trazer à colação o art. 1º, do Decreto nº 20.910/1932 c/ c art. 189, do Código de Civil. Confira-se:

Decreto nº 20.910/1932

Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual

ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

Código de Civil

Art. 189. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206.

No caso em comento, verifica-se que as pretensões da parte autora de obter a nulidade do processo administrativo, respectiva punição e de dano moral pela imposição supostamente indevida da punição encontram-se tragadas pela prescrição.

O prazo prescricional deve ser contado a partir da publicação da decisão administrativa nos órgãos oficiais, fato que ocorreu em 03 de janeiro de 2004, consoante restou incontroverso nestes autos, tendo a ação sido ajuizada em 12 de novembro de 2020.

A ilustrar o entendimento deste julgador, convém trazer a colação as seguintes decisões, utilizando-se mutatis mutandis o entendimento aplicado para a constatação da decadência do direito de impetrar mandado de segurança:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MILITAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PENA DE EXPULSÃO DAS FILEIRAS DA CORPORAÇÃO. PRAZO DECADENCIAL. ENTENDIMENTO FIRMADO POR JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA POR ANALOGIA DO ENUNCIADO 420 DA SÚMULA DO STF. TERMO INICIAL. PRAZO DECADENCIAL PARA IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA APLICAÇÃO DE PENALIDADE DISCIPLINAR. (...). 3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o pedido de reconsideração ou o recurso administrativo destituído de efeito suspensivo não tem o condão de suspender ou interromper o curso do prazo decadencial, conforme a Súmula 430/STF: "Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança". 4. Assim, considerando que o termo inicial do prazo de decadência para impetração de Mandado de Segurança contra aplicação de penalidade disciplinar é a data da publicação do respectivo ato no Diário Oficial, e considerando que a impetração se deu após passados mais de 24 (vinte e quatro) anos do ato tido como ilegal (o ato administrativo disciplinar que o expulsou das fileiras da corporação foi publicado em 27/9/1994, e a impetração se deu em 20/1/2018), é de se reconhecer a decadência no direito à impetração na presente hipótese. Confira-se: RMS 58.712/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/12/2018, DJe 5/2/2019; AgInt no RMS 58.263/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 4/12/2018, DJe 10/12/2018; AgInt no MS 23.479/DF, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Primeira Seção, julgado em 26/9/2018, DJe 3/10/2018. 5. Agravo Interno não provido. (STJ – AgInt no RMS: 60537 SP 2019/0100532-0, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 19/11/2019, T2 – SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/12/2019)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. OFICIAL DE JUSTIÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PENA DE DEMISSÃO. PRAZO DECADENCIAL. FLUÊNCIA. 1. "A fluência do prazo decadencial para a impetração do Mandado de Segurança se inicia na data em que o ato se torna capaz de produzir lesão ao direito do impetrante" (RMS 20.287/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, DJU 10/12/2007).

Pois bem. Entre a publicação da decisão no BIO de 13/01/2004 até o

ajuizamento da causa (12/11/2020) transcorreram, aproximadamente, 16 (dezesesseis) anos e 10 (dez) meses, situação que enseja o reconhecimento da prescrição do fundo do direito.

Saliente-se, ademais, que o pedido administrativo de anulação da punição (id. 27443804), datado de 07/11/2013, e com decisão publicada no BGO de 27/03/2015, demonstra ciência inequívoca da parte autora acerca do resultado do processo administrativo. Tal elemento fulmina o argumento autoral do não conhecimento acerca da decisão do processo administrativo e da inscrição da punição nos registros funcionais, por não haver sido intimado pessoalmente.

Assim, ainda que considerasse não realizada a comunicação da parte autora acerca da punição, o documento de id 27443804 demonstra categoricamente o conhecimento da parte sobre a decisão administrativa que impôs a condenação. A partir destes marcos, também foi ultrapassado o quinquênio prescricional.

Portanto, deixando a parte autora transcorrer o quinquênio prescricional para ajuizar ação visando desconstituir a punição que lhe foi aplicada, encontram inexoravelmente prescritas as pretensões de nulidade do processo administrativo disciplinar, respectiva punição e danos morais advindo. Logo, outra conclusão não poderia ser adotada pelo magistrado primevo, salvo julgar prescritas as pretensões objeto da apelação apresentada pela parte autora, razão pela qual deve ser mantida a sentença no particular.

Igualmente, não merece reproche a decisão primeva em relação ao capítulo da sentença que determinou o cancelamento da punição nos assentamentos funcionais do servidor, matéria objeto do recurso da parte ré.

Eis o que dispõe o art. 56 do EPM Lei estadual nº 7.990/01 sobre a matéria:

Art. 56 – A penalidade de advertência e a de detenção terão seus registros cancelados, após o decurso de dois anos, quanto à primeira, e quatro anos, quanto a segunda, de efetivo exercício, se o policial militar não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único – O cancelamento da penalidade não produzirá efeitos retroativos.

Com efeito, encontram-se demonstrados os fatos constitutivos deste direito da parte autora, quais sejam: a) a existência da punição, data em que foi lançada no seu histórico funcional e b) decurso de tempo superior ao prazo previsto para o cancelamento dos registros, configurando, assim, a omissão estatal.

Por outro lado, não procede a tese defendida pela parte ré de que a prescrição incide sobre o pedido de cancelamento, uma vez que a violação ao direito de expurgar os registros das punições da ficha funcional do servidor protrai-se no tempo enquanto persistirem os referidos registros.

Esse tema, aliás, foi analisado com grande didática no voto exarado nos autos do Recurso de Apelação nº 0528357-56.2016.8.05.0001:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO. CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PENALIDADES DE DETENÇÃO DOS ASSENTAMENTOS FUNCIONAIS DE SERVIDOR POLICIAL MILITAR ESTADUAL. PRESCRIÇÃO INOCORRENTE. DIREITO PREVISTO NO ART. 56 DA LEI ESTADUAL Nº 7.990/01. REQUISITOS

PREENCHIDOS, NA ESPÉCIE. PREVALÊNCIA DA LEI POSTERIOR E HIERARQUICAMENTE SUPERIOR EM RELAÇÃO AO REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA (DECRETO ESTADUAL Nº 29.535/1983). SENTENÇA MANTIDA. APELO IMPROVIDO.

Não se verifica a prescrição quando, além de buscar anular as penalidades que lhe foram aplicadas há mais de 05 anos – pretensão cuja prescrição foi reconhecida na sentença, sem insurgência recursal, o servidor policial militar requer o cancelamento do registro das punições constantes dos seus assentamentos funcionais, que perduram desde que as foram aplicadas até os dias atuais, de modo que, nesse caso, o termo inicial do prazo prescricional não é a data em que aplicada a punição, devendo ser aferido a partir do ato lesivo, que é justamente a permanência do registro nos assentamentos funcionais. Prescrição incorrente, na espécie.

O pedido de cancelamento de registro de penalidades aplicadas a policial militar, formulado na vigência da Lei Estadual nº 7.990/01, deve ser analisado à luz do referido diploma legal, que, ao prever no art. 56 a possibilidade de cancelamento do registro de detenção, não impõe qualquer restrição temporal quanto às sanções abrangidas que justifique a sua inaplicabilidade àquelas impostas antes da sua entrada em vigor.

Regramento que prevalece, no particular, em relação ao Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado da Bahia (Decreto Estadual nº 29.535/1983), por ser norma posterior e hierarquicamente superior, havendo, ademais, outros meios de aferir os direitos e vantagens a que faz jus o servidor sem que seja necessário impor a manutenção do registro da sanção por tempo indefinido nos seus assentamentos.

Preenchimento dos requisitos legais demonstrado, na espécie. Sentença mantida. Apelo improvido. (Classe: Apelação, Número do Processo: 0528357-56.2016.8.05.0001, Relator (a): TELMA LAURA SILVA BRITTO, Publicado em: 28/08/2019)

Pelo exposto, o recurso do Estado da Bahia deve ser igualmente desprovido, uma vez que irretocável o capítulo da sentença que tratou do cancelamento do registro de punição do policial militar.

Da Conclusão

Ex vi positis e à luz dos dispositivos legais concernentes à matéria, voto no sentido de CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS DE APELAÇÃO interpostos pelas partes, mantendo-se incólume a sentença a quo. Sala das Sessões, em de de 2022.

DES. GEDER LUIZ ROCHA GOMES
RELATOR

GRG I

1 Art. 932. Incumbe ao relator:

III – não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

2 Art. 1.009. Da sentença cabe apelação.

3Art. 10 – São isentos do pagamento de taxas: IV – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

4Nader, Paulo Curso de direito civil, parte geral – vol. 1 / Paulo Nader – 10.^a ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

5Venosa, Sílvio de Salvo. Direito civil : parte geral / Sílvio de Salvo Venosa. – 17. ed. – São Paulo : Atlas, 2017. (Coleção Direito civil; 1)

6Idem

7 Farias, Cristiano Chaves de Curso de direito civil: parte geral e UNDB I Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald –15. ed. rev., ampl. e atual.– Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.

8Manual de processo penal: volume único / Renato Brasileiro de Lima – 8. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2020.